

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2013

Patrocinador oficial  
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 400 exemplares  
Depósito Legal: 366919/13  
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



# TRÊS DÉCADAS DE ESCAVAÇÕES EM VILA NOVA DE SÃO PEDRO (1937-1967)<sup>1</sup>

**Maria Ribeiro** / Mestranda em Estudos do Património da Universidade Aberta

**João Luís Cardoso** / Professor Catedrático da Universidade Aberta. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) / cardosol8@netvisao.pt

## RESUMO

Com base na análise sistemática e exaustiva da documentação conservada em diversos arquivos, foi possível reconstituir a sequência das escavações realizadas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro entre 1937 e 1967, correspondendo às intervenções de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço e, depois, apenas deste último. Abordar-se-ão, sucessivamente, os diversos aspectos relativos à realização dos trabalhos de campo, através da caracterização: dos processos de autorização para a realização das escavações; dos apoios financeiros e dos seus requisitos; dos apoios logísticos e da metodologia utilizada para a sua obtenção; da relação com os arqueólogos portugueses da época.

## ABSTRACT

Based on the systematic and intensive analysis of the documentation stored in several files, it was possible to constitute the sequence of the excavations made in the fortified Chalcolithic settlement from Vila Nova de São Pedro in 1937-1967, matching the interventions by Eugénio Jalhay and Afonso do Paço, and later by the latest only. It will be approached successively, the various aspects related to the field work, through characterization: of the allowance procedures for the excavations; of the financial support and its requirements; of the logistics support and methodology used to get it; of the relationship with Portuguese archaeologists.

## 1. INTRODUÇÃO

O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, também designado como “Castro” de Vila Nova de São Pedro, encontra-se no Nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km de Lisboa, perto da localidade do mesmo nome.

Estrategicamente localizado num outeiro, a cerca de 100 metros de altitude, cuja toponímia local o designa por alto do “Castelo”, nas suas proximidades corre a ribeira de Almoester e algumas outras linhas de água. O istmo ou promontório, assim isolado pelo entalhe das linhas de água mencionadas, cons-

titui plataforma de topografia regular, oferecendo condições naturais de defesa, exceptuando-se o lado por onde ainda hoje se faz o acesso ao sítio arqueológico. Possui um dispositivo defensivo complexo de há muito conhecido, embora as vicissitudes da exploração arqueológica tenha determinado um desconhecimento muito desigual das diversas linhas defensivas que o integram, suas características, cronologia e desenvolvimento.

A pesquisa documental já efectuada, e de que neste trabalho se dá notícia preliminar, incidiu na análise de documentos existentes no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que recebeu o espólio arquivístico da antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Ministério das Obras Públicas (DGEM/MOP), na Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, onde se conserva o acervo da extinta Junta Nacional de Educação, antigo órgão consultivo, extinto em 1977, daquele Ministério. A consulta efectuada a tão vasta e diversificada documenta-

1. A primeira signatária encarregou-se da pesquisa documental nos Arquivos citados, das entrevistas no terreno e da organização do material assim reunido; coube ao segundo signatário a estruturação e a coordenação geral do trabalho, a utilização sistemática da informação bibliográfica tendo em vista o enquadramento dos temas tratados, bem como a redacção do trabalho.

ção, permite concluir que, ao longo de décadas, o trabalho desenvolvido pelos responsáveis por esta estação arqueológica, foi muito para além daquele que nos é apresentado através dos trabalhos que dela publicaram. Com efeito, o presente contributo evidencia a burocracia com que se depararam, as dificuldades e entraves, a morosidade dos processos administrativos, as carências económicas, a falta de condições de trabalho e de meios, entre outros, dando uma imagem da real importância que era conferida à Arqueologia no Estado Novo, dado que esta foi sem dúvida como uma das estações mais importantes das exploradas na vigência daquele regime, sendo os seus responsáveis iniciais, depois reduzidos a apenas Afonso do Paço, inquestionavelmente, um homem da confiança do regime. Com efeito, as prioridades culturais do Estado Novo não passavam pela investigação em Arqueologia e, muito menos, em Pré-História. É um mito acreditar que Afonso do Paço, por via dos seus compromissos profissionais – lembre-se que Afonso do Paço fez toda a sua vida profissional como Oficial do Exército, tendo atingido a patente de Tenente-Coronel (Ferreira, 1970) – tenha beneficiado em algum momento da sua carreira de arqueólogo de apoios especiais particularmente proveitosos do Estado Novo para as suas actividades arqueológicas. O resultado das pesquisas documentais feitas para este trabalho comprova, precisamente, o que já antes se escrevera a tal propósito (Cardoso, 2002): a ausência de importância política atribuída pelo Governo a trabalhos desta natureza, centrando-se as afirmações nacionalistas oficiais em outras áreas do conhecimento histórico, relacionadas com a etnogénese dos Lusitanos, considerados os antepassados directos dos portugueses actuais ou, num tempo muito mais recente, com a afirmação da nacionalidade e da independência, expressivamente ilustradas pelos templos e castelos medievais, então objecto de um ambicioso programa de recuperação, metodicamente concretizado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a mesma entidade que subsidiou, mas com as magras verbas que adiante se verá, os trabalhos que, pela mesma altura, decorreram em Vila Nova de São Pedro

E, no entanto, as publicações dos resultados das escavações que anualmente ali se realizavam, iam paulatinamente chamando a atenção dos poucos investigadores nacionais sediados nas escassas instituições que se dedicavam à investigação arqueológica, para a

importância daqueles resultados, rapidamente projectados além-fronteiras, o que levou à vinda de arqueólogos estrangeiros a Portugal, atraídos pela bela fortificação que se ia a pouco e pouco pondo a descoberto, mas sobretudo, pelo ineditismo e diversidade do espólio encontrado e pela riqueza informativa que o mesmo proporcionava para o enquadramento desta sociedade pré-histórica no contexto peninsular e europeu.

## 2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A historiografia das escavações do povoado de Vila Nova de São Pedro, que constitui o objecto deste contributo, deve ser compreendida no contexto científico e institucional da época.

Aprovada a Constituição de 1933, assumia o Estado Novo o objectivo essencial de assegurar a identidade e a independência nacionais, por diversas vias, que iam do campo cultural até à área financeira, passando pelas medidas de carácter educativo e social, todas elas devidamente apoiadas num pensamento político, consubstanciado pela União Nacional, e estruturadas num sólido edifício legislativo-administrativo. Assim se providenciou a transformação de Portugal em um Estado Corporativo, com duas câmaras: a Assembleia Nacional, com o poder legislativo; e a Câmara Corporativa, de carácter consultivo da primeira, emitindo pareceres relativos a todas as actividades do País, por via de Procuradores que ali representavam os interesses de todos aqueles que as exerciam, incluindo as de carácter histórico-arqueológico ou patrimonial.

A legislação do Estado Novo no respeitante à regulamentação da actividade arqueológica, consubstancia-se no Decreto 23 125, de 12 de Outubro de 1933, o qual instituiu uma comissão consultiva, no seio da Junta de Educação Nacional, designada “Junta Nacional de Escavações e Antiguidades”, antecessora imediata da 2.ª Subsecção – Antiguidades, Escavações e Numismática, da 6.ª Secção – Belas-Artes, da Junta Nacional de Educação, criada em 1936, a qual viria a superintender a actividade arqueológica em Portugal até 1977, ano em que foi extinta (Cardoso, 1999). Integravam aquela subsecção os seguintes elementos, conforme se estipula no art.º 2.º do referido Decreto-Lei: “o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que presidia; o Presidente da Junta de Educação Nacional; o Presidente do Conselho Nacional de Belas-Artes;

o Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; o Engenheiro-Chefe dos Serviços Geológicos de Portugal; um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses; três Vogais, nomeados pelo Governo de entre os Professores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e individualidades de notória competência em investigações arqueológicas; e o Conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, que servirá de secretário”.

Foi, pois, aquele o quadro legal em presidiu a todas as iniciativas relacionadas com as escavações realizadas em Vila Nova de São Pedro por A. do Paço, começadas em 1937, para só terminarem em 1967. Importa, pois, antes de se abordar a sequência das iniciativas adoptadas e os resultados obtidos, caracterizar sucintamente os organismos ou instituições que foram chamados a intervir directa ou indirectamente nos trabalhos arqueológicos realizados: antes de mais, a Junta Nacional de Educação (1936-1977), sucedânea da Junta de Educação Nacional (1926-1936), organismo consultivo do Ministério da Educação Nacional, criada no âmbito da afirmação ideológica do Estado Novo. Sucessora do Conselho Superior de Instrução Pública, agregou todos os órgãos consultivos até então existentes nestas áreas; no caso específico, a referida Junta, através da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção superintendia às medidas conducentes à protecção do património arqueológico, incluindo a classificação de imóveis de interesse arqueológico, bem como a emissão de pareceres sobre a autorização de realização de intervenções arqueológicas, que careciam de homologação por parte do membro do Governo com a respectiva tutela.

O Instituto de Alta Cultura (1952-1976), organismo responsável pela condução da política de investigação científica durante o Estado Novo, sucedeu nessas funções à Junta de Educação Nacional (1929-1936) e ao Instituto para a Alta Cultura (1936-1952). Tinha como missão, entre outras, concorrer para o desenvolvimento da investigação científica e das relações culturais e funcionava no âmbito do Ministério de Educação Nacional.

À Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes (1930), estando na dependência do então Ministério da Instrução Pública, competia tratar de todos os assuntos relativos às Universidades e respectivo ensino, Sociedades Científicas e Literárias, Academias, Escolas de Belas Artes e Conservatórios e sua gestão. Superintendia os Museus cuja gestão era assegurada

directamente pelo Estado, bem como Monumentos Nacionais e Teatros, Bibliotecas e Arquivos que se encontrassem naquelas mesmas condições.

Outro organismo, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929), anteriormente designada por Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos, integrava-se no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (em 1946 apenas Ministério das Obras Públicas, ano em que foi criado o Ministério das Comunicações). Esta Direcção-Geral centralizou até ao início dos anos 70 a quase totalidade das atribuições relativas à manutenção de monumentos nacionais do Estado e edifícios classificados. O Comissariado do Desemprego (1932-1974), na dependência do Ministério da Obras Públicas e Comunicações, determinou através do decreto n.º 20222 de 15 de Agosto de 1931, a realização de um inquérito sobre a crise de desemprego, no intuito de resolver, tanto quanto possível, esse flagelo que em Portugal alastrava. Entre outras competências, tinha por base promover a colocação de desempregados, das mais diversas áreas, incluindo trabalhadores do meio rural, concedendo, em certos casos, o transporte para outras localidades onde houvesse ofertas de trabalho e falta de mão-de-obra. Este organismo foi extinto a 30 de Dezembro de 1974.

Ao nível dos organismos locais, a Câmara Municipal da Azambuja e a Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro tiveram papel modesto na realização dos trabalhos, encerrando esta grande e complexa rede administrativa.

É ainda de salientar o papel desempenhado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863, que assumiu um papel importante enquanto organismo oficialmente promotor das escavações em Vila Nova de São Pedro, cuja responsabilidade foi assumida, através da sua secção de Pré-História, por dois dos seus mais ilustres membros, o Rev. Eugénio Jalhay e o então Capitão Afonso do Paço.

### 3. TRÊS DÉCADAS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (1937-1967)

Em 1936, Hipólito Cabaço, levado pelo topónimo local “Castelo”, com que era designado o pequeno outeiro que depois se verificou corresponder à imponente fortificação central, procedeu a sondagens arqueológicas limitadas, a suas expensas, que conduziram à identificação do notável sítio

pré-histórico. Dado conhecimento deste facto à Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi logo solicitada a autorização necessária para dar início às escavações, o que aconteceu, depois do local ter sido visitado pelo Prof. Mendes Corrêa, e de ter sido disponibilizado um pequeno subsídio pelo Instituto para a Alta Cultura.

Assumia-se, assim, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), através da secção de Pré-História, como a patrocinadora dos trabalhos logo em 1937, ano que marca o início de um período de trinta anos de escavações sistemáticas, até 1967, sob a direcção do Rev. Eugénio Jalhay e de Afonso do Paço inicialmente, e apenas de Afonso do Paço, depois da morte do primeiro, em 1950.

Do período anterior a 1940, as informações possíveis de reunir são poucas; contudo, uma acta<sup>2</sup> da Junta Nacional de Educação, datada de 1937 apresenta os aspectos processuais mais importantes que enformaram o início dos trabalhos arqueológicos, a saber:

- a) Que a AAP seja autorizada a explorar a estação arqueológica de VNSP;
- b) Que as escavações e o estudo dos resultados sejam dirigidos pelo Padre Eugénio Jalhay, assistido no local pelo Sr. Hipólito Cabaço;
- c) A obrigatoriedade da AAP apresentar anualmente à JNE um relatório dos trabalhos;
- d) O espólio recolhido é considerado propriedade do Estado e confiado à guarda da AAP;
- e) Que o Ministério da Educação Nacional ordene a suspensão dos trabalhos e a entrada do material em estabelecimentos do Estado, caso não sigam o rigor científico exigido ou os materiais não estiverem devidamente acautelados;

É interessante verificar que a autorização é apenas conferida a um único arqueólogo, tal qual o verificado na actualidade, muito embora a responsabilidade possa ter sido apresentada de forma partilhada, sendo igualmente similar a obrigatoriedade de apresentação de relatórios anuais dos resultados obtidos, bem como a prerrogativa de o Estado poder mandar suspender os trabalhos caso estes estivessem a ser mal conduzidos, à semelhança das normas vigentes actualmente.

Fica claro que à AAP cabe a solicitação de todas as

autorizações e licenças para a realização dos trabalhos de escavações, bem como comunicar o início e término dos mesmos. As verbas seriam entregues à Associação, que apresentará os relatórios e a relação das despesas efectuadas referentes a cada ano corrente.

Através da análise dos documentos constantes do processo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que é o mais rico dos acervos consultados, sabe-se que as verbas inicialmente concedidas eram bastante reduzidas para os fins a que se propunham. Os fundos eram destinados a diversas finalidades: os que provinham do Commissariado do Desemprego destinavam-se ao pagamento dos salários dos trabalhadores, enquanto que os da DGEMN eram para as despesas correntes. Destas despesas, que eram justificadas anualmente, consta o pagamento de diversos serviços, de entre os quais, despesas de comunicações (telefones, cartas e telegramas); de transportes (bilhetes de autocarro e comboio e ainda do transporte do espólio para o Museu do Carmo); de alojamento (para os responsáveis); de lavandaria (tratamento da roupa dos responsáveis); de aquisição de materiais diversos (pás, picaretas, pregos, caixotes, crivos, petróleo, etc.); e ainda serviços de levantamento topográfico, rolos de fotografias e revelação das mesmas, bem como de tipografia (execução das separatas) e pagamento das inscrições em Congressos.

Através do Commissariado do Desemprego era recrutado o pessoal necessário à execução desta obra (pois era assim que as escavações eram formalmente encaradas), sempre que possível de entre os inscritos no Commissariado. As folhas de férias<sup>3</sup> apresentadas neste processo (apenas são conhecidas as dos anos de 1944, 1946 e 1953), identificam os trabalhadores que foram recrutados para as campanhas efectuadas, bem como as remunerações pagas de acordo com os dias trabalhados. Sem prejuízo de algumas alterações que possam ter ocorrido ao longo dos anos, nomeadamente dos efectivos, pode afirmar-se que estes eram recrutados de entre os habitantes da aldeia de Vila Nova de São Pedro. Estes, na sua maioria camponeses que viviam da agricultura, pessoal indiferenciado, ou sem um ofício definido, não

2. Acta da 49.ª Secção do Conselho Permanente da Acção Educativa da JNE, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 06 de Abril de 1937, cota 2967.

3. Cf. Folhas de Férias, Processo da IHRU, documento disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) com a identificação SIPA TXT. 00375226 (ano 1944); SIPA TXT 00375276 (ano 1946) e SIPA TXT 00375472 (ano 1953).

tendo outros rendimentos, teriam reunido as condições exigidas pela legislação em vigor, para serem formalmente considerados como “desempregados”. Tais informações foram corroboradas pela Sra. Graciete Moreira, uma das poucas pessoas ainda vivas que participaram nas escavações (nas campanhas de 1961 e 1962), afirmando que os trabalhadores eram recrutados directamente na povoação conforme as necessidades definidas para os trabalhos nesse ano e que auferiam uma remuneração. Quando questionada sobre as condições de trabalho, referiu que os trabalhadores não recebiam qualquer tipo de formação e que o trabalho era diferenciado, cabendo aos homens o trabalho mais árduo, o de escavar, e às mulheres a crivagem das terras provenientes do local e a separação dos materiais encontrados, agrupando-os segundo indicações (ex: fragmentos cerâmicos, fragmentos ósseos, pontas de seta, etc.), para posterior análise e estudo (Figs. 1 e 2). Outro facto, passível de ser observado nas folhas de férias, são as remunerações recebidas, sendo que as mulheres auferiam cerca de 50% do montante atribuído aos homens.

É fácil depreender que as escavações trouxeram uma nova dinâmica à população local, criando outras fontes de receita, por pequenas que fossem, para aquela pobre aldeia.

Analisando a Portaria que define as condições para a colocação de trabalhadores desempregados, recrutados através do Comissariado, e as dezenas de ofícios e comunicações trocadas entre os diversos organismos intervenientes, verifica-se que os trabalhos são sempre designados como uma *empreitada*, como se neste caso concreto, disso se tratasse. Assim sendo, pressupõe-se a existência de um *empreiteiro* e naturalmente a existência de uma *obra*, como já acima se referiu. O papel de *empreiteiro* caberia a Afonso do Paço (dado naturalmente não ser ocupação compatível com o estatuto de sacerdote de Eugénio Jalhay). Assim, o valor da *empreitada* era definido através de uma proposta apresentada pelo próprio ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), por forma a obter as verbas necessárias para a execução da *obra*. Afonso do Paço apresenta-se nestas propostas como sendo *tarefeiro de obras públicas*, e entre os anos de 1941 a 1948, a empreitada é adjudicada por ajuste directo. A partir de 1949 e até 1961, aparecem outros possíveis *empreiteiros* a concorrerem à mesma *empreitada*. Importa referir que estas alterações se devem ao en-

quadramento jurídico aplicável a estas *empreitadas*, sendo que um e outro caso (ajuste directo ou concurso) são contemplados na legislação vigente nos anos correspondentes. A variação é definida pelo montante das verbas envolvidas, prazos de entrega da *obra* e outros critérios pré-estabelecidos.

Naturalmente, o recurso a estes supostos *empreiteiros* não passava de uma mera “táctica de bastidores” para contornar as formalidades exigidas legalmente, dado que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais estava apenas vocacionada para contratualizar empreitadas de obras públicas no âmbito das inúmeras recuperações do património edificado do País, cuja gestão estava a seu cargo. Em 1957 foi solicitado que fosse instalado um sistema de vagonetas (movidas sobre carris) para auxiliar remoção de grandes quantidades de terra, pedras e entulho, para poder ser escavado o “reduto” ou “morro” central”, que então já se sabia cobrir o notável dispositivo defensivo actualmente à vista, depois da realização dos trabalhos de 1955, e da publicação dos mesmos, logo no ano seguinte (Paço e Sangmeister, 1956 a, 1956 b). Pelos dados disponíveis, a verba concedida para esse ano foi de facto bastante mais avultada comparativamente ao ano anterior, tendo sido instalado o referido sistema (com 50 metros) conforme foi solicitado. Contudo, este sistema já existia instalado na estação arqueológica desde pelo menos 1940, conforme se comprova por foto tirada às escavações nesse ano, publicada em 1942 (Paço & Jalha, 1942, Figura 10). Assim, o que se pretendia seria a ampliação do dispositivo, ou a sua simples substituição, dada a sua intensa utilização nas campanhas anteriores. Com efeito, no dia 1 de Agosto de 1946, “quando, pelas 16 horas, por ocasião do descanso do pessoal, nos dispúnhamos a repousar um pouco na nossa barraca, chegou a almejada camioneta de Lisboa com duas vagonetas e os respectivos carris para cerca de 50 metros de via (...). O novo material foi logo montado e entrou em serviço, modificando totalmente o ritmo das escavações” (Paço, 1954, p. 52). Este dispositivo era montado e desmontado todos os anos (Paço, 1954, p. 54). Em 1959, numa carta<sup>4</sup> dirigida ao Ministro das Obras Públicas, proveniente da Repartição dos

4. Cf. Comunicação N.º 518 da DGEMN de 8 de Junho de 1951, Processo da IHRU, documento disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) com a identificação SIPA TXT. 00375388.

Serviços Administrativos do mesmo organismo, datada de 04 de Junho de 1956, dá-se conta que o Tenente-Coronel Afonso do Paço passou à reserva e que pelo facto de ter dedicado grande parte da sua actividade a estudos arqueológicos, solicitou, através de uma carta, a sua contratação em regime de simples prestação de serviços em troca de uma remuneração. Em 1962, é autorizado pelo Ministério das Obras Públicas (MOP), a sua colaboração, mediante a remuneração anual de 12.000\$00 a ser paga de uma só vez ou em prestações<sup>5</sup>. Documento de 1964 refere que Afonso do Paço não auferirá quaisquer lucros pela orientação dos trabalhos, dado que a referida verba será totalmente absorvida pelas despesas da campanha, incluindo transportes, salários e seguros de pessoal operário, materiais e ferramentas indispensáveis.<sup>6</sup>

Até ao final dos trabalhos de escavações, em 1967, as *empreitadas* foram sempre adjudicadas a Afonso do Paço, na modalidade de ajuste directo, tendo presente a sua grande experiência e prestígio como especialista.

Outra questão relevante e que é possível comprovar prende-se com o decorrer dos próprios trabalhos de escavação: nos anos de 1943, 1944, 1946, 1947 e 1951, estes pararam ou foram suspensos por terem sido esgotadas todas as verbas disponibilizadas para o efeito. Documento de 1950<sup>7</sup>, refere que Afonso do Paço algumas vezes adiantou o dinheiro necessário para que os trabalhos pudessem prosseguir, devido à morosidade administrativa que impedia que as verbas fossem entregues atempadamente, que criava obstáculos à concretização dos próprios trabalhos de escavação.

As verbas disponibilizadas ao longo dos anos de escavações a que respeita este estudo (1937-1967) conheceram grandes variações. Ainda assim, os dados disponibilizados, permitem obter algumas conclusões. Não tendo sido possível obter os valores para

---

5. Carta de Afonso do Paço dirigida ao Director-geral do MOP datada de 06 de Maio de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) com a identificação SIPA TXT.00935620/21/22/23/24/2526.

6. Documento n.º 2862 de 27 de Abril de 1962, da DGEMN, Processo da IHRU, documento disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) com a identificação SIPA TXT.00935670.

7. Of. N.º 4135 da DGEMN datado de 2 de Outubro de 1951, Processo da IHRU documento disponível no site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) com a identificação SIPA TXT.00935522.

todos os anos económicos, as verbas incluíam as dotações feitas pela DGMN, as comparticipações do Comissariado do Desemprego e as verbas administrativas e de fiscalização. As verbas administrativas, compreendem a aquisição de material (resmas de papel, papel químico, papel vegetal, pastas de arquivo, lápis, borrachas, folhas de medição, folhas de orçamentos, entre outros). As que dizem respeito à fiscalização, remetem para a deslocação de um fiscal dos serviços, durante o período das escavações, para assegurar o cumprimento de todas as formalidades, nomeadamente no que diz respeito aos contratos de trabalho, e ao pagamento das deduções fiscais que teriam que ser feitas para o Fundo de Desemprego, dado que, como já foi referido anteriormente, as remunerações eram pagas com as verbas cedidas pelo Comissariado do Desemprego.

Os montantes disponibilizados constam dos documentos oficiais do processo do IHRU, mas só foram considerados aqueles que se encontram com o carimbo de autorização, à excepção do documento do ano de 1937, cuja verba foi disponibilizada para permitir o arranque das escavações, pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), depois de visitado o local pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa (Paço e Jalhay, 1939). Em 1938 não há informação de qualquer montante atribuído; em 1939 e em 1940, as campanhas continuaram a ser financiadas pelo IAC, e em 1941 e 1942, conjuntamente por esta instituição e pela DGEMN (Paço e Jalhay, 1942, 1943). A partir de 1943, passou a ser a DGEMN a única entidade a suportar os custos dos trabalhos de campo; porém, uma parte das subvenções era aplicada, como já vinha sendo hábito, no pagamento de diversos serviços, como a impressão de separatas. Excepcionalmente, a impressão de separatas foi financiada também pelo IAC, que em 1945 concedeu 1.500\$00 para tal finalidade (Paço, 1954, p. 42).

O valor total apurado para as três décadas de escavações financiadas pela DGEMN ascende 281.800\$00. Este montante peca por defeito, pelo facto de não ter sido possível encontrar os montantes atribuídos nos anos de 1938 e 1939, conforme se indica no Quadro 1.

**Quadro 1** – Vila Nova de São Pedro. Subsídios concedidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Ano	Ref <sup>a</sup>	Valor Atribuído (Escudos)
1937	001	2.000\$00
1938		?
1939		?
1940	002	1.500\$00
1941	003	5.000\$00
1942	004	5.000\$00
1943	005	5.000\$00
1944	006	6.000\$00
1945	007	7.000\$00
1946	008	10.000\$00
1947	009	19.500\$00*
1948	010	15.000\$00
1949	011	20.000\$00**
1950	012	9.500\$00
1951	013	9.500\$00
1952	014	9.500\$00
1953	015	9.500\$00
1954	016	9.500\$00***
1955	017	9.700\$00
1956	018	9.700\$00
1957	019	19.200\$00
1958	020	10.000\$00
1959	021	10.000\$00
1960	022	10.000\$00
1961	023	10.000\$00
1962	024	9.200\$00
1963	025	13.000\$00
1964	026	13.000\$00
1965	027	10.000\$00
1966	028	10.000\$00
1967	029	4.500\$00

(\*) O montante indicado noutra lugar é de 20.000\$00 (Paço, 1954).

(\*\*) O montante indicado noutra lugar é de 19.000\$00 (Paço, 1954).

(\*\*\*) Dos quais 4750\$00 do Comissariado do Desemprego (Paço, 1958).

<b>Valor Total Apurado</b>	<b>281.800\$00</b>
----------------------------	--------------------

As verbas mais avultadas foram atribuídas entre os anos de 1947-1949, posteriormente em 1957 e, por fim em 1963-1964.

As explicações para tal situação decorrem por certo da dimensão dos trabalhos que se pretendiam executar, exigindo um maior número de trabalhadores e mais dias de trabalho, dado que eram os próprios arqueólogos que orçamentavam os trabalhos a que correspondiam os subsídios solicitados.

As campanhas de escavações terminaram em 1967,

sendo este o último ano em que foram atribuídas verbas para os trabalhos de campo, apesar de haver uma lacuna informativa no que diz respeito aos resultados obtidos nas campanhas posteriores aos meados da década de 1950, devido ao facto de o último relatório de escavações publicado corresponder aos trabalhos realizados em 1956, em que se completaram 20 anos de campanhas arqueológicas (Paço, 1958), sem prejuízo de no IHRU existirem relatórios sucintos até aos inícios da década de 1960, que permanecem totalmente inéditos. Mas o seu interesse informativo é reduzido, no que diz respeito ao espólio e aos trabalhos realizados. Os últimos relatórios enviados por Afonso do Paço à DGEMN, respeitam à 28.<sup>a</sup> campanha de escavações – 1964 e à 29.<sup>a</sup> campanha de escavações – 1965, ficando por se conhecer os resultados respeitantes aos anos de 1966 e 1967. Esta situação deveu-se, por certo, à prolongada e constrangedora doença que atingiu Afonso do Paço, e que o viria a vitimar, em 1968.

Naqueles últimos relatórios, Afonso do Paço evidencia particular preocupação pelos aspectos de preservação, valorização e animação do sítio arqueológico. Assim, no relatório de 1964, chama uma vez mais a atenção para a urgência de encarar algumas situações importantes nomeadamente:

- a efectiva classificação do sítio como Monumento Nacional;
- a compra dos terrenos onde este está inserido;
- a construção, pela Câmara Municipal da Azambuja, de uma pequena estrada de acesso ao sítio arqueológico;
- a realização de uma maquete do povoado;
- e a concessão de meios para se executarem desenhos dos principais materiais recolhidos, fotografias e reconstituições de peças de cerâmica que valorizariam o espólio existente no Museu do Carmo.

Só na posse de todos esses elementos estariam reunidas as condições necessárias para a elaboração de uma memória definitiva sobre o povoado.

No relatório de 1965, reitera a urgência da aquisição dos terrenos, apelando para que, tendo em conta o preço exagerado que o proprietário pretendia, se recorresse à expropriação dos terrenos onde o sítio está inserido.

Contudo, só em 1971, o povoado “eneolítico” de VNSP, foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto-lei n.º 561/71 de 22 de Novembro de

1971, coroando os esforços que Afonso do Paço vinha desenvolvendo desde 1951.

Após longo período de cerca de 20 anos, só interrompido pela benéfica campanha de limpeza e consolidação das estruturas efectuada em 1983, que acompanhou a elaboração de uma nova planta do povoado (Oliveira e Ferreira, 1990), iniciaram-se novas escavações, em 1985/1986, dirigidos por Victor S. Gonçalves, cujos resultados ainda se não encontram publicados. Desde então, e até à data, passaram mais de 27 anos sem se vislumbrar mais nenhuma campanha de escavações nem a sua realização num futuro próximo, apesar de existirem ainda muitas questões a que esta estação arqueológica poderia dar resposta, através da escavação de vastas áreas ainda incólumes. Actualmente, o sítio arqueológico encontra-se em condições deploráveis, votado ao mais vil e total abandono e à mercê da degradação, que o tempo lhe vai impondo, embora se saiba que a actual Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses tenha intenções de apresentar superiormente um plano de valorização e de musealização da estação. Oxalá seja bem sucedida!

## AGRADECIMENTOS

À Sr.<sup>a</sup> Graciete Moreira, de Vila Nova de São Pedro, uma das últimas participantes nas escavações dirigidas em Vila Nova de São Pedro pelas informações prestadas.

Ao Sr. Lúcio Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro.

Ao Dr. José Machado Pereira, do Museu Municipal Sebastião Arenque (Azambuja).

À Dra. Françoise Le Cunff, do Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Aos Drs. Paulo Tremoceiro e Graça Barros, do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Inventário em suporte de papel com as seguintes designações:

- Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
  - Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Circunscrições, cotas actuais: AH327
  - Livros de Actas - 1932/1962 – 2 Livros
  - Processos Diversos – 1929/1966, cotas actuais, 3101
- Junta Nacional de Educação
  - 2.<sup>a</sup> Subsecção – Arqueologia – 1938/1956, cotas actuais: 222, 245, 246, 249, 250, 251 e 277
  - 5.<sup>a</sup> Subsecção – Protecção e conservação de monumentos e obras de arte – Processos de 1940/1956, cotas actuais:

ais: 202, 203, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 241 3 327

- Comissão dos Monumentos Nacionais
  - Cota actual – 443

Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inventário em suporte de papel com a Referência Junta Nacional de Educação – L695, com as seguintes designações:

- Secretaria-Geral – 1944/1977, cotas actuais: JNE 1 a 40; JNE 68 e 69; JNE 70 a 74
- 6.<sup>a</sup> Secção (SC) – 1937/1974, cotas actuais: JNE 95
- 2.<sup>a</sup> Subsecção (SSC) – 1949/1965, cotas actuais: JNE 107 a 109
- 7.<sup>a</sup> Secção (SC) – 1967/1969, cotas actuais: JNE 110

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) – Forte de Sacavém com o N.º IPA – PT03110380005, disponível para consulta online no site: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

### Fontes Impressas

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço (1895-1968). *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 9-35.

FERREIRA, O da Veiga; OLIVEIRA, H. N. (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 49-58.

PAÇO, A. (1954) – Castro de Vila de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1959 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.

PAÇO, A. (1958) – Castro de Vila de S. Pedro: X – Campanhas arqueológicas de 1956 (Aditamento: campanhas de 1952, 1953 e 1954). *Anais da Academia portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 8, p. 43-91.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1939) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> campanhas – 1937 e 1938. *Brotéria*. Lisboa. 28 (6); 29 (1, 4 e 5). Separata.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 3., 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria*. Lisboa. 34 (6). Separata.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1943) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 6.<sup>a</sup> campanha – 1942. *Brotéria*. Lisboa. 37 (1). Separata.

PAÇO, A.; SANGMEISTER, E. (1956 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19.<sup>a</sup>). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, p. 93-114.

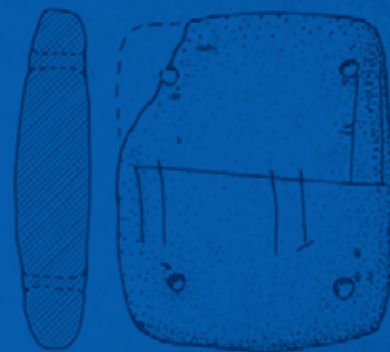
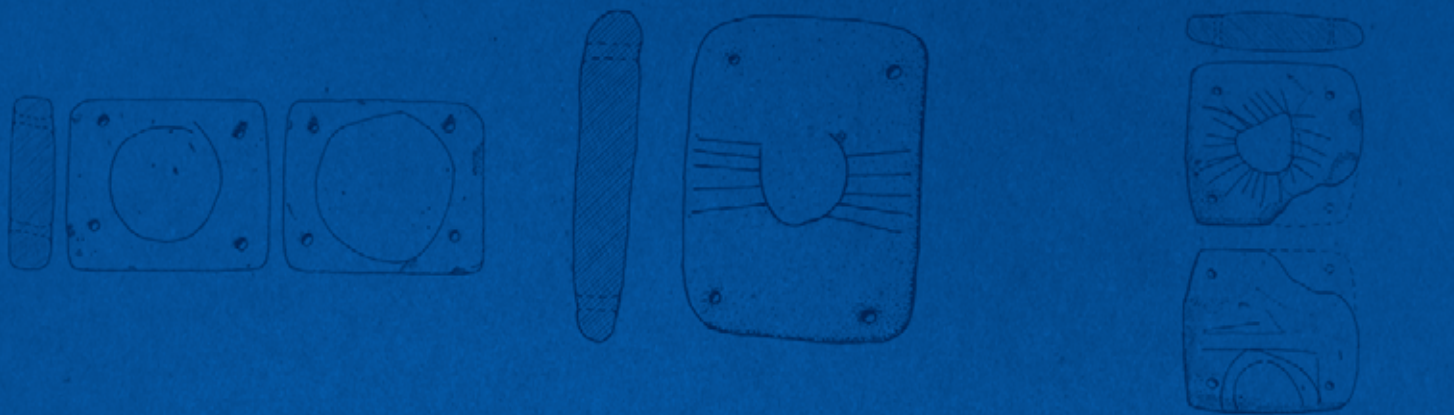
PAÇO, A.; SANGMEISTER, E. (1956 b) – Vila Nova de S. Pedro eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. 34 (3/4), p. 212-230.



Figura 1 – Afonso do Paço, ao centro, com grupo de trabalhadores e trabalhadoras. A seu lado direito, encontra-se Maria de Lurdes Costa Arthur. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).

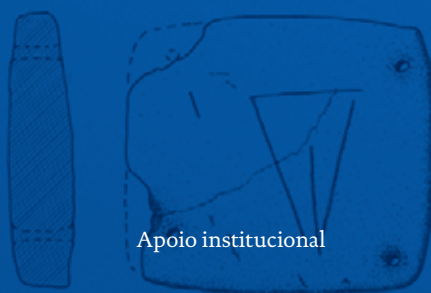


Figura 2 – Crivagem das terras. De notar a utilização exclusiva de mulheres, tanto na operação de recolha de artefactos (existindo caixas de madeira compartimentadas onde estes eram recolhidos, como no abastecimento da água. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).

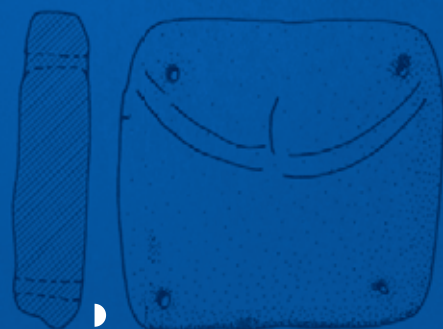


**AAAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO  
**Millennium**  
bcp

**BNP**  
BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE  
PORTUGAL

  
Parques de Sintra  
Monte da Lua